CRISE DO CAPITAL, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS: elementos para sua problematização

Maria Clara Ezequiel Bezerra[1]
Wagner Araújo[2]
Patrícia da Silva Andrade[3]

RESUMO

Este ensaio tem o objetivo de apresentar elementos acerca da crise contemporânea do capital e seu caráter estrutural, discutindo as particularidades dessa nas economias periféricas dependentes. O presente artigo articula a discussão da crise capitalista ao Estado capitalista na perspectiva do materialismo histórico dialético, buscando desvelar as suas funções e a sua atuação na busca por reverter à queda das taxas de lucro, e pensar os fundamentos e as tendências das políticas sociais no contexto do neoliberalismo. Para tanto, foi realizada análise bibliográfica histórica e contemporânea sobre a temática em tela.

Palavras-chave: Crise do Capital. Estado. Política social..

ABSTRACT

This essay aims to present elements about the contemporary crisis of capital and its structural character, discussing its particularities in dependent peripheral economies. This article articulates the discussion of the capitalist crisis to the capitalist State from the perspective of dialectical historical materialism, seeking to unveil its functions and its performance in the quest to revert the fall in profit rates, and to think about the foundations and trends of social policies in the context of neoliberalism. For that, a historical and contemporary bibliographic analysis was carried out on the theme in question.

Keywords: Capital Crisis. State. Social policy.

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo e sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009) vêm contribuindo para um redirecionamento das políticas sociais, promovendo redução de recursos, focalização, fragmentação, transferindo a responsabilidade do Estado para a sociedade, individualizando e criminalizando as expressões da questão

[1] Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: claraezequiel@hotmail.com.
[2] Mestrando no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: wagnerseso@gmail.com.
[3] Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: patygeo.15@hotmail.com.

social. Buscando saídas para a crise instaurada, o Estado é chamado a redefinir seu padrão de atuação, com mudanças que caminham para flexibilização e desregulamentação do trabalho e para abertura ao livre mercado via privatizações. Mudanças estruturais regressivas que colocam em xeque as políticas sociais e os direitos da classe trabalhadora, tão arduamente conquistados.

O capital, no contexto de mundialização e financeirização, não conseguindo mais encontrar formas de extrair lucros das mercadorias que produz, decide criar "novas mercadorias", mercantilizando as políticas sociais, promovendo com mais organicidade o processo de financeirização destas, com medidas articuladas entre si, como as reformas da previdência social, bem como no sucateamento da política de saúde e na seletividade e focalização da política de assistência social, ou seja, predomina a tendência da mercantilização e refilantropização das políticas sociais com o intuito de gerar lucros para os capitalistas.

É neste sentido que o presente trabalho visa colaborar com a discussão acerca da crise do capital, do Estado e das políticas sociais, problematizando tais aspectos a partir da revisão bibliográfica histórica e contemporânea. Vinculados a perspectiva da teoria social crítica, realizamos uma análise histórica destes elementos, considerando sua gênese e seu desenvolvimento, analisando-os numa perspectiva de totalidade que compreende sua relação com os demais fenômenos em um movimento permanente, uma análise dialética.

No primeiro momento, abordaremos o contexto de crise capitalista e as implicações desta na particularidade das economias periféricas, a partir da análise das transformações ocorridas após a década de 1970 e os impactos operados nas esferas política, econômica, social e cultural e de seus rebatimentos para a classe trabalhadora.

No segundo momento, discutiremos a configuração do Estado e sua funcionalidade na contemporaneidade e as políticas sociais operacionalizadas sob o viés do neoliberalismo, que comporta uma dinâmica contraditória ao apresentar-se como mais um instrumento a serviço do capital, na busca pela manutenção de sua lucratividade.

Por fim, traçaremos nossas considerações acerca dos elementos problematizados, compreendendo que o capitalismo com sua dinâmica perversa adentra no bojo da sociedade e traz consigo consequências nefastas para classe trabalhadora, que incide diretamente no desmonte dos direitos sociais, fundamentais a sua sobrevivência.

2 CRISE CAPITALISTA E AS PARTICULARIDADES DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS DEPENDETES

A severidade e extensão da crise contemporânea demonstra que não estamos frente a mais uma crise cíclica do capital, antes, como aponta Mészaros (2000), vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Compreender o caráter dessa crise e os seus principais impactos na sociedade, e, especificamente, na classe trabalhadora, é imprescindível, e somente é possível mediante aproximação fecunda com a teoria social crítica, que desnuda as contradições do modo de produção capitalista.

É certo que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, não existindo capitalismo sem crise. Conforme salienta Netto (2012) as denominadas crises cíclicas são próprias desse regime, estando presentes nele desde a segunda década do século XIX. Tais crises não conduzem o capitalismo ao seu fim, ao contrário, “são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 796). Entretanto, o autor sustenta a tese de que duas vezes na história o capitalismo enfrentou outro tipo de crise: a crise sistêmica. Essa crise, para Netto (2012) não é uma crise tal como as cíclicas, pois se manifesta em toda a estrutura social da ordem social vigente. Essa crise atinge a totalidade social, envolvendo todas as esferas e todo o globo. Segundo o autor,

> A primeira destas crises emergiu em 1873, tendo como cenário principal a Europa e se prolongou cerca de 23 anos; marcada por uma depressão de mais de duas décadas, ela só se encerrou em 1896. A segunda crise sistêmica que o capitalismo experimentou explodia em 1929 e, como todo mundo sabe, foi catastrófica; não teve por espaço apenas uma região

> geopolítica determinada: ela envolveu o globo; durou em torno de dezesseis anos e só foi ultrapassada no segundo pós-guerra. (NETTO, 2012, p. 415).

Netto (2012) sustenta que na contemporaneidade estamos experimentando uma crise de natureza sistêmica, que deu seus primeiros sinais na crise da Bolsa de Nova York, em 1987, e que apresenta traços inéditos se comparada às duas crises anteriores. Mészáros (2000) afirma que a crise contemporânea possui caráter estrutural, sendo profunda e própria do sistema do capital. Sobre essa crise, o autor aponta que ela "afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado" (MÉSZÁROS, 2000, p. 1). Mészáros (2002) apresenta quatro aspectos que caracterizam a crise atual (pós 1970) como uma crise estrutural, diferente das crises anteriores do capital:

> 1) seu caráter universal, em lugar de restrito a uma esfera particular [...] 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal da palavra), em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...] 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente [...] 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...]. (MÉSZÁROS, 2002, p. 796)

Mészáros (2002) ainda ressalta que o caráter estrutural da crise capitalista, e todas as suas características, não significa que o capitalismo está prestes a colapsar, antes, demostra que esse regime não possui nenhum saldo positivo para proporcionar à humanidade. Mészáros (2000) afirma que "A crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos." (MÉSZÁROS, 2000, p. 8). Encontramos em Mészáros (2002) uma referência aos limites absolutos do capital, que inerentes a estrutura capitalista conduzem ao aguçamento de suas contradições estruturais e, de forma dialética, a uma resposta da classe trabalhadora. Os quatro limites apresentados pelo autor são:

> 1) A contradição entre Estado nacional e capital transnacional que teria por consequência, entre outras coisas, a inviabilidade do asseguramento de interesses nacionais ou sociais via intervenção estatal;
> 2) O desemprego crônico e estrutural, que gera não apenas uma insuficiente produção de valor, mas traz ainda consigo o espectro da barbárie;
> 3) A questão ambiental, abrangendo "todos os aspectos vitais das condições da reprodução sociometabólica [...].

> 4) A impossibilidade da liberação e emancipação das mulheres bem como a inviabilidade do estabelecimento de uma igualdade substantiva. (MÉSZÁROS, 2002, p. 222)

Polese (2016) ao fazer referência à análise de Mészáros sobre a crise estrutural do capital ressalta uma resposta desse a sua lei tendencial de queda da taxa de lucro, que está na raiz das suas crises. Trata-se da denominada taxa de utilização decrescente, que consiste na redução da vida útil das mercadorias com o intuito de acelerar o tempo de rotação do capital. Esse elemento também revela o caráter de barbárie da produção capitalista.

> A taxa decrescente de uso decorre do fato de que, para o capital, consumo e destruição são equivalentes no que tange à "realização do valor da mercadoria" [...] O capital não se importa nem um pouco se a mercadoria vendida será de fato consumida ou atirada no lixo. (POLESE, 2016, p. 56)

Nesse sentido, a atual conjuntura revela o esgotamento geral de qualquer potencial civilizatório do modo de produção capitalista e o crescimento exponencial da barbárie cotidiana. Desse modo, o autor salienta que não há outra solução para os problemas desse modo de produção capitalista senão sua radical superação revolucionária, em sua totalidade. Nessa análise, Polese (2016) ao pensar a crise estrutural nas obras de Mészáros, afirma que o autor ressalta o potencial revolucionário da classe trabalhadora.

> Enquanto a classe trabalhadora não superar o capital, ele logrará adquirir esses fôlegos, não porque o sistema seja todo poderoso, mas tão somente porque quem lhe fornece o substrato material de tais sobrevidas é a classe trabalhadora. Esta assimila os elementos mais destrutivos das crises e muitas vezes cria as alternativas históricas mais ou menos radicais ou acomodatórias, que serão apropriadas e revertidas a favor do capital, perpetuando o sistema. (POLESE, 2016, p. 50).

Uma abordagem coerente desta crise deve tomar por base as transformações ocorridas desde a década de 1970 que apresentam um redesenho do perfil do capitalismo contemporâneo e envolvem a totalidade social. Netto (2012) destaca o projeto neoliberal restaurador que responde as exigências imediatas do grande capital e se apresenta nos processos de: flexilização das relações de trabalho e da produção; de desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros, que hipertrofia as atividades de natureza financeira; e de privatização do patrimônio do Estado, transferindo parcelas expressivas da riqueza pública.

Os novos processos produtivos têm implicado em uma extraordinária economia do trabalho vivo que tem como resultado o crescimento exponencial do denominado “exército industrial de reserva”. A reestruturação produtiva vem trazendo a tona o “desemprego estrutural” e todas as ditas inovações no mercado de trabalho somente conduzem os vendedores da força de trabalho aos mais diversos meios de precarização.

Ainda sinalizando as transformações em curso, Netto (2012) aponta as alterações na estratificação social, isto é, as modificações sensíveis na estrutura de classes da sociedade capitalista, em seus planos objetivo e subjetivo. Somam-se a estas mudanças, alterações no “perfil demográfico das populações, no processo de urbanização, no crescimento das atividades de serviço, na difusão da educação formal e nos circuitos de comunicação social”. (NETTO, 2012, p. 419).

No âmbito da dinâmica cultural, Netto (2012, p. 419) afirma que há uma “translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural” e alega que embora a sociedade burguesa contemporânea não possa ser denominada uma “sociedade do consumo”, a cultura que nela se afirma é uma “cultura do consumo” que induz ao consumo desenfreado e indiscriminado de materiais e ideias.

Essa conjuntura também apresenta transformações notáveis no plano político, salientadas por Netto (2012). Sociedade civil e Estado modificam-se nas suas próprias esferas e nas suas relações. Na sociedade civil temos a emersão de “novos sujeitos coletivos” e no Estado, a mudança mais imediata é a diminuição de sua ação reguladora, através da ideologia neoliberal, que dentre outras coisas, se expressa com a retirada das coberturas sociais públicas e o corte nos direitos sociais.

> Em pinceladas muito largas, este é o perfil com que a sociedade tardo-burguesa se apresenta na abertura do século XXI. As transformações societárias aqui assinaladas configuram uma série de inequívocas vitórias do grande capital. [...] Tais vitórias, contudo, nada aportam de favorável ou positivo [...] à massa dos vendedores de força de trabalho. Além de não eliminarem o ciclo acrítico da dinâmica capitalista [...] e de não reverterem a curva própria da “onda longa recessiva”. (NETTO, 2012, p. 423).

A crise capitalista apresenta algumas particularidades no contexto das economias periféricas dependentes. Para apreender tais particularidades iremos

recorrer à teoria marxista da dependência, tendo como principais referências Marini (2005), Osório (2013) e Lira (2018).

A categoria da dependência é explicativa do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Marini (2005) aponta que o fundamento desse modelo de desenvolvimento está posto na superexploração da força de trabalho. A superexploração, segundo Osório (2013) é uma forma particular de exploração, e essa particularidade consiste no fato de ser uma exploração onde o valor da força de trabalho é violado.

> A dependência é uma forma particular de reprodução do capital, baseada na superexploração, forma que reproduz a subordinação dessas economias aos centros imperialistas. Somente a partir de uma perspectiva do conjunto do processo de reprodução do capital e das relações estabelecidas nesta unidade a superexploração alcança seu significado essencial. (OSÓRIO, 2013, p. 66)

Vale salientar que não podemos conceber a superexploração como um simples aumento da exploração, correndo risco de perder a especificidade do capitalismo dependente. Nessa visão, a superexploração seria simplesmente uma agudização das formas de ampliação da mais-valia. Nessa análise, Osório (2013) apresenta um exemplo, salientando que há possibilidade de prolongar uma jornada de trabalho, como uma forma de aumentar a mais-valia, sem recair em um processo de superexploração. Conforme salientamos anteriormente, a superexploração se dá como uma particularidade das economias dependentes, enquanto um “mecanismo de compensação diante da transferência de valores ao mundo central”. (OSÓRIO, 2013, p. 62).

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver e manter a força de trabalho. Em um contexto de superexploração, o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e, sendo assim, a sua remuneração não é suficiente para a reprodução física e social da força de trabalho. Nessa forma particular de exploração há outra característica importante: a força de trabalho é consumida além de suas condições normais, elemento que acarreta no esgotamento prematura da força de trabalho. (LIRA, 2018)

> A superexploração permite, assim, produzir uma mais-valia extraordinária em tais economias, que responde à lógica de acumulação da economia mundial que viabiliza que a mais-valia produzida nesses países seja apropriada no centro, o que implica na transferência de valor, da periferia para o centro. (LIRA, 2018, p. 908).

A superexploração do trabalho, no contexto das economias periféricas dependentes e especificamente na particularidade brasileira, tende a se acirrar, como um meio de compensar a diminuição das margens de lucro em decorrência da crise mundial, anteriormente analisada. Para além da economia, Lira (2018) aponta que a superexploração se expressa na cultura política do país, uma vez que,

> [...] sem nenhum limite moral, partidos políticos, com apoio de setores do judiciário e de grupos empresariais e midiáticos, se articulam para impor ao povo brasileiro um ataque á democracia e à sua soberania, com um único intuito: garantir privilégios e um estilo de vida que tem como base uma extrema e desigual concentração de renda realizada por meio da espoliação da força de trabalho e da expropriação de seus direitos. (LIRA, 2018, p. 919)

A incapacidade do sistema capitalista de resolver, por vias econômicas, as suas contradições mais expressivas, que se expressam nesse contexto de crise estrutural, leva o sistema a utilizar a via política. E desse modo, o Estado, enquanto administrador das consequências nefastas da crise capitalista, ganha uma relevância particular.

3 ESTADO, NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Decifrar os sentidos e papéis desempenhados pelo Estado trazendo à tona sua lógica, desvelar suas transformações recentes e as implicações para as políticas sociais e para a classe trabalhadora como um todo, são requisitos fundamentais para uma leitura crítica da atual conjuntura.

Behring (2018) partindo da perspectiva de Engels (2012) afirma que o Estado precede o capitalismo, nascendo a partir das disputas entre as classes em torno do excedente, quando a humanidade supera a escassez que marcava as sociedades primitivas. Desse modo, o Estado constitui-se no contexto da institucionalização da propriedade privada, como um mecanismo de dominação de classes, dominação que se altera ao longo da história.

Mandel (1985) aponta o Estado como uma espécie de "parteiro do capitalismo", uma vez que ele atuou na viabilização do processo de acumulação primitiva do capital. Apesar de atuar como parteiro do modo de produção capitalista, os liberais viam o Estado como uma espécie de mal necessário, haja vista que tal visão de mundo surge em contraponto às amarras do Estado absolutista. Para Behring (2018, p. 41) "o liberalismo tem para com o Estado, desde os primórdios até hoje, uma relação ambígua: que o requisita visceralmente e o repele compulsivamente".

Na contramão da perspectiva liberal, a tradição marxista compreende o Estado inserido em um processo social e histórico, entendo que no capitalismo o Estado atua como um comitê na defesa dos interesses da classe dominante, apesar de tal processo guardar contradições. Mandel (1985) afirma que o Estado desenvolve funções tanto no âmbito da superestrutura quanto da infraestrutura, classificando as suas principais funções na seguinte forma:

> 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
> 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
> 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante [...]. (MANDEL, 1985, p. 334).

No capitalismo monopolista[4] o papel desempenhado pelo Estado passa por um processo de redefinição, com ênfase na incorporação de novas requisições. Segundo Mandel (1985), a ascensão do capitalismo monopolista, que coincidiu com o aumento da influência política do movimento da classe operaria apresentou inflexões sobre o Estado burguês em sua fase imperialista.

Entre as mudanças, Mandel (1985) afirma que aumentou a urgência e o grau do papel integrador do Estado, disseminando a ilusão de igualdade formal na condição de cidadão. Também houve um processo de ampliação da legislação social, que de certo modo trata de uma concessão à luta crescente do proletariado

[4] No capitalismo monopolista, as expressões da questão social eram encaradas como problemas particulares, pois tomar a questão social como uma consequência das contradições do modo de produção capitalista, remetendo-a a relação capital/trabalho, implicaria ameaça a ordem burguesa. (NETTO, 2005).

tendo em vista guardar a dominação do capital de ataques mais radicais. Ao mesmo tempo, essa legislação também desempenha papel fundamental aos interesses gerais de reprodução do capitalismo, assegurando a reconstituição da força de trabalho ameaçada pela exploração exacerbada.

Netto (2005, p. 28) aponta que “a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem”, esse elemento põe as políticas sociais no centro da questão, uma vez que, segundo Behring (2018) elas fundem as funções de legitimação e coesão às funções diretamente econômicas desempenhadas pelo Estado burguês.

> A generalização das políticas sociais, como salário indireto tendo em vista a reprodução da força de trabalho, mas também como elemento contrariante à queda das taxas de lucro, anticíclicas, e de aceleração do processo de rotação do capital, ocorro nesse período da passagem da livre concorrência ao capitalismo monopolista. (BEHRING, 2018, p. 45)

Para pensar as políticas sociais na perspectiva histórico-crítica é imprescindível refutar análises que se reduzem a legislações sociais e ao seu cumprimento ou descumprimento, sendo imperativo associar tal discussão ao Estado e ao processo de acumulação capitalista, entendendo o papel das classes fundamentais e as demandas que essas impõem ao Estado, imprimindo sua dinâmica contraditória.

Nas palavras de Behring (2018, p. 45), “[...] ao incorporar tais demandas, o Estado seria tensionado pelas reinvindicações imediatas dos trabalhadores, o que alargou o escopo das políticas sociais, processo decorrente da luta de classes”. É certo que o Estado atua de forma distinta nos diversos contextos históricos, e nesse sentido, é pertinente ressaltar que as demandas das classes também sofrem um processo de alterações. Entretanto, permanece a sua configuração primordial, enquanto um Estado de classe. Esse elemento não pode ser desconsiderado ao pensar as políticas sociais e seu caráter contraditório: sendo respostas às necessidades da classe trabalhadora combatente, e sendo funcionais ao modo de produção capitalista.

A atual conjuntura, marcada pela crise estrutural do capital, já aludida anteriormente, traz implicações para, dentre outras coisas, as políticas sociais. O

neoliberalismo, segundo Brettas (2020), tem na financeirização uma das principais alavancas para retomada das taxas de lucro do grande capital, criando possibilidades de pilhagem dos recursos do fundo público e beneficiando a burguesia rentista. A análise da autora aponta que as políticas sociais desempenham papel importante no processo de financeirização, a saber:

> A reconfiguração das políticas sociais experimentada nas últimas décadas tem um papel importante para ampliar o escopo da financeirização, criando maneiras de integrar os usuários das políticas ao sistema bancário e creditício sob o argumento da importância da inclusão bancária no exercício da cidadania e da valorização do crédito e dos programas de transferência de renda para garantir o acesso a melhores condições de vida. (BRETTAS, 2020, p. 207)

Segundo Behring (2018), o capital responde a crise com uma série de contrarreformas, na perspectiva da retomada das condições favoráveis à exploração da força de trabalho. Nesse sentido, é necessário readequar a força de trabalho aos novos padrões de exploração. Nesse contexto, o Estado é chamado a realizar processos de atratividade de capitais, por meio das privatizações e oferta de novos nichos de mercado, impulsionando os processos de supercapitalização (MANDEL, 1982).

Esse processo tem como respaldo a ideologia neoliberal, que chega aos países de capitalismo central ainda na década de 1970, e, no Brasil, a partir da década de 1990. Segundo Carcanholo (2018), o neoliberalismo impulsionou a abertura e a liberalização financeira e comercial, ampliou as privatizações e desnacionalizações, provocando o aprofundamento estrutural dos mecanismos de transferência de valor.

Brettas (2020) apresenta outros pontos importantes para pensarmos o Estado no Neoliberalismo e a atual configuração das políticas sociais. Primeiro, vale destacar que mesmo sob o comando das diretrizes neoliberais, o Estado segue sendo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, segue configurando-se como um Estado de classe. Nesse sentido, afirmativas como “estado mínimo” ou “estado reduzido” podem abrandar a análise e deixar de lado a essência da questão. Ideias de que na era neoliberal, o Estado passa a ser mínimo para o social e máximo para o capital também precisam ser refutadas, pois compreendemos que,

apesar das mudanças nas diferentes conjunturas, o Estado em nenhum momento foi máximo para o social.

Sobre as políticas sociais, Brettas (2020) também tem algumas considerações importantes. Pensar em um suposto “desmonte” das políticas sociais na contemporaneidade pode ser um equívoco, tendo em vista que essa afirmativa pressupõe que as políticas sociais estariam devidamente montadas, quando na verdade não funcionou desse modo, uma vez que nos anos 1990 o sistema de seguridade social e os demais direitos sociais ainda estavam sendo implementados.

A atual fase do neoliberalismo no mundo vem impondo ao capital a necessidade de buscar novas fontes para valorização de capitais superacumulados. Nesse contexto, as políticas sociais vêm se apresentando como fonte de lucratividade. Esse processo se materializa através da capitalização de setores pouco explorados pelo capital, na exploração mercantil e industrial de recursos naturais e no investimento em setores rentistas.

Nesse contexto, as novas estratégias exigidas pela atual fase de acumulação capitalista e pelo rentismo, estão fundamentadas nos eixos da exploração e da acumulação por espoliação e vem determinando a persistência e atualidade da superexploração do trabalho. Segundo Mota (2018), a unidade dos eixos de exploração e espoliação amplia a superexploração da força de trabalho nos países de capitalismo dependente, cujas expropriações contemporâneas se materializam através da usurpação do fundo público e da exploração da classe trabalhadora.

Assim, o capital financeiro expande a capitalização para os serviços sociais, transformando-os em negócios lucrativos e criam condicionalidades de acesso, mediante a compra destes pelos trabalhadores através dos seus salários. Nesse quadro, as expropriações de direitos, em paralelo a oferta de serviços mercantis, são considerados novos mecanismos de superexploração da força de trabalho. Essas são as tendências que assumem as políticas sociais frente ao neoliberalismo e o redirecionamento do Estado para atender as necessidades impostas pelo sistema do capital na atual fase do capitalismo.

3 CONCLUSÃO

A partir da análise realizada, compreendemos que vivenciamos uma conjuntura de crise estrutural do capital, que evidencia fortemente as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, atingindo a totalidade social e manifestando-se em toda a estrutura da ordem social vigente. Os efeitos dessa crise nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora são profundos, uma vez que submete essa classe ao crescimento exponencial da barbárie capitalista.

Tal realidade apresenta particularidades nas economias periféricas dependentes, marcadas pelos mecanismos de superexploração. No cenário atual, a superexploração da força de trabalho, que se encontra ligada ao processo de valorização do capital financeiro, apresenta impactos ainda maiores nas economias dependentes, no sentido de pressioná-las para redefinir sua ordem político-econômica de modo a atender às determinações do capitalismo global em crise.

Nesse contexto de crise, o neoliberalismo se impõe como versão dominante do capitalismo, que foi se sujeitando mais e mais a lógica financeirizada. Desse modo, o atual contexto requisita uma mudança no padrão de atuação do Estado, que embora condense algumas requisições da classe trabalhadora, constitui-se como um mecanismo utilizado pela burguesia na busca pela retomada das taxas de lucro.

Partindo dessa premissa, buscamos situar as políticas sociais que na atual conjuntura são utilizadas para retomada das taxas de lucro do grande capital, criando possibilidades de pilhagem dos recursos do fundo público e beneficiando a burguesia rentista, em detrimento das demandas de boa parte do segmento populacional, que vão paulatinamente sendo vulnerabilizados e/ou subalternizados, passando a viver sob situações precárias, tendo que encarar cotidianamente uma realidade marcada pela ausência de condições mínimas que garantam sua subsistência.

Tal cenário desnuda a real situação da classe trabalhadora, que mesmo tendo seus direitos fundamentais positivados na legislação vigente, convive diariamente com a violação desses direitos e sem acesso a sua cidadania, uma vez que o desmonte das políticas sociais provenientes da omissão do Estado enquanto

provedor das políticas públicas, tornam os serviços ofertados a esse segmento, fragmentados e pontuais, direcionados ao combate da pobreza, que muitas vezes é encarada pelas políticas neoliberais como um problema do indivíduo e não como resultado das desigualdades sociais geradas pelo modo de produção e reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

BERINHG, E. R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. *In:* BOSCHETTI, I.; BEHRINHG, E. R.; LIMA, R. L. (Orgs.) **Marxismo, política social e direitos.** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CARCANHOLO, M. D. A Crise do Capitalismo Dependente Brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio[et al.].(org). **Dimensões da Crise Brasileira:** dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

LIRA, T. S. V. Superexploração da força de trabalho, crise mundial e golpe de Estado no Brasil. **Revista de políticas públicas,** São Luís, v. 22, n. 2, p. 903 – 922, 2018. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10570/6188 . Acesso em: 07 mai. 2021.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, E. **O Estado na Fase do Capitalismo Tardio**. In: O Capitalismo Tardio. Trad. Carlo Eduardo S. Matos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982, Cap. 15 , p. 333-350 (Os economistas).

MARINI, R. M. Dialética da dependência**.** *In:* TRAPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**, 4ª ed., n. 2, p. 7-15, 2000. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, A. E. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação e Direitos no Capitalismo**, São Paulo: Cortez Editora, 2018, p. 167 – 186.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413 – 429, jul./set., 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2021.

OSORIO, J. Fundamentos da superexploração. *In:* FILHO, N. A. (Org.) **Desenvolvimento e dependência:** cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvolvimento_dependencia.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

POLESE, P. Que tipo de crise? István Mészaros e a crise estrutural do capital. **Revista em pauta**, Rio de Janeiro, n. 37, v. 14, p.40-60, jan./jun., 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/25393/18357. Acesso em: 25 abr. 2021.